



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

09/12/2014 ATÉ 09/12/2014



INDÍCE

1	BLOG DANIEL MATOS	
	1.1 JUÍZES.....	1
2	BLOG DO CAIO HOSTÍLIO	
	2.1 JUÍZES.....	2
3	BLOG DO NETO FERREIRA	
	3.1 JUÍZES.....	3
4	BLOG MARCO DEÇA	
	4.1 JUÍZES.....	4
5	BLOG REI DOS BASTIDORES	
	5.1 JUÍZES.....	5
6	BLOG SÉRGIO MATIAS	
	6.1 JUÍZES.....	6
7	IMIRANTE.COM	
	7.1 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	7
8	SINDJUS	
	8.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	8 9
9	SITE CNJ	
	9.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	10
10	SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)	
	10.1 DECISÕES.....	11
11	SITE JORNAL PEQUENO	
	11.1 DECISÕES.....	12
12	SITE JUSBRASIL	
	12.1 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	13
	12.2 COMARCAS.....	14
	12.3 DESEMBARGADOR.....	15
	12.4 JUÍZES.....	16 17
	12.5 PRESIDÊNCIA.....	18
	12.6 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	19
	12.7 VARA DA MULHER.....	20

Corregedoria de Justiça instaura sindicância para apurar conduta de juiz

Juiz Marcelo Baldochi teria cometido atos incompatíveis com a magistratura|

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no último dia 6, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão - responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau - o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há "fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91)".

Providências

Bayma Araújo - que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana - informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã desta terça-feira (09) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrichi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

Prazo

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

Entenda o caso - Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas.

A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades.

Fonte: Corregedoria Geral de Justiça

Corregedoria da Justiça instaura sindicância para apurar conduta de juiz Marcelo Baldochi

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de novembro de 2014, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão - responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau - o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há "fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91)".

Bayma Araújo - que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana - informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã desta terça-feira (09) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrighi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

Entenda o caso - Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas.

A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades.

Corregedoria abre sindicância para apurar conduta de juiz que prendeu funcionários da TAM em Imperatriz

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de novembro de 2014, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão - responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau - o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há "fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91?.

Bayma Araújo - que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana - informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã desta terça-feira (09) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrighi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

Entenda o caso - Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas.

A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está

colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades.

Juiz Baldoch deverá ser investigado pela corregedoria...

Baldoch: polêmica em profusão|

Juiz Baldoch deverá ser investigado pela corregedoria...

seg, 08/12/14 por Marco D'Eça às 14:00h

Denúncia contra o magistrado será feita pela própria associação da categoria, numa atitude digna de respeito, por fugir ao corporativismo

Em nota divulgada hoje na TV Mirante, a Associação de Magistrados do Maranhão (Amma) criticou a atitude do juiz Marcelo Testa Baldoch, que determinou a prisão de funcionários da TAM, na noite de sábado, por ter sido impedido de embarcar em um voo, após chegar atrasado.

A Amma disse não compactuar com a atitude do juiz e anunciou que pedirá investigação da Corregedoria-Geral de Justiça.

O juiz Baldoch é velho conhecido da Corregedoria de Justiça.

Em 2011, ele foi denunciado por manter trabalhadores rurais em condição de escravidão, em sua fazenda, na cidade de Bom Jardim. Condenado, foi obrigado a indenizar os trabalhadores.

Em dezembro de 2012, foi Baldoch a vítima.

Ele se recusou a pagar R\$ 12,00 cobrados por um flanelinha e foi agredido a facadas e pauladas.

Baldoch é do interior de São Paulo, e atua como juiz no Maranhão há mais de 10 anos...

DESEMBARGADOR BAYMA ARAUJO INSTAURA SINDICÂNCIA PARA APURAR ABUSO DE JUIZ DE IMPERATRIZ.

Ao Contrário de Nelma Sarney que recentemente deu cobertura para juiz que atuou em Paço do Lumiar, Bayma não costuma guardar almoço pra janta. Quer a apuração dos fatos em 30 dias.

Respondendo pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz. magistrado deu voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Bayma não ficou no disse-me-disse. Baixou a Portaria 4824/2014, instaurando sindicância para apurar a conduta do Juiz. "Há fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91", diz o Desembargador.

Bayma Araújo está substituindo Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrichi. A sindicância será presidida por Bayma, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão instaura sindicância para apurar conduta de juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de dezembro de 2014, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão - responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau - o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há "fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91)".

Bayma Araújo - que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana - informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã desta terça-feira (09) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrichi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

Entenda o caso

Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas.

A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades.

Sessão itinerante do TJ-MA será realizada na UFMA

09/12/2014 às 12h28

Objetivo é aproximar a Justiça de 2º grau da população e acadêmicos.

SÃO LUÍS - A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sediará, no dia 16 de dezembro, às 9h, a primeira sessão itinerante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), no Centro Pedagógico Paulo Freire, campus do Bacanga, miniauditório (209 e 210). Aberta ao público, a iniciativa tem como objetivo aproximar a Justiça de 2º grau da população e comunidade acadêmica, além de descentralizar os julgamentos da segunda instância.

“Pela primeira vez uma câmara do Tribunal de Justiça, composta por três desembargadores e um procurador de Justiça, sairá do Tribunal e para trabalhar dentro da comunidade”, afirma o desembargador Marcelo Carvalho Silva, idealizador do projeto, que deverá alcançar outras universidades do Estado. A área do Itaqui-Bacanga abrange uma população de cerca de 300 mil habitantes e mais de 14 mil alunos e funcionários fazem parte da comunidade acadêmica da UFMA.

Durante a sessão, serão julgados 61 processo envolvendo habeas corpus, embargos de declaração e agravos de instrumento (extrapauta), as ações estão organizadas em blocos e referem-se a revisão contratual, busca e apreensão, nulidade ou inexistência contratual, obrigação de fazer, Seguro DPVAT, danos morais e outros temas.

A pauta está disponível no portal do Judiciário, no sistema "Jurisconsult". Serão oficiados o Ministério Público e a Defensoria com a informação do novo local.

Participarão da sessão itinerante, os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior (presidente da sessão), José de Ribamar Castro (docente da UFMA), representante do MP e servidores do Judiciário.

I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e Serviço Público acontece nesta quarta-feira (10)

9/12/2014 | 10:39

Diretoria do Sindjus-MA convida todos os servidores a participarem do I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e serviço público
Diretoria do Sindjus-MA convida todos os servidores a participarem do I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e serviço público

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) realiza nesta quarta - feira (10), a partir das 9 horas, o seminário "Práticas de Promoção dos Direitos Humanos no Poder Judiciário", em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. O evento acontece no auditório do Fórum de Justiça "Desembargador Sarney Costa", no Bairro do Calhau e está aberto a todos os servidores do Judiciário.

As inscrições serão realizadas no local do evento e os participantes receberão certificados emitidos pela Esmam- Escola Superior da Magistratura do Maranhão.

Durante o seminário serão debatidos temas atuais e relevantes ligados aos direitos humanos.

Participe. A sua presença é muito importante no fortalecimento deste tema.

Confira a Programação

I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e serviço público

Abertura - 9 horas

01 - Mesa /Palestra (10h00): Claudia Gonçalves - Tema: "O Papel do agente público na promoção dos direitos humanos".

(12h00 às 13h30) - Intervalo livre para o almoço.

02 - Mesa/Debate (14h00): Juiz de Direito Douglas Melo Martins com Eliandro Araújo- Psicólogo. Tema: "Práticas de promoção dos direitos humanos no Poder Judiciário".

03 - Mesa/Palestra (16h00): Luís Antônio Pedrosa- Advogado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil. Tema: "Direitos Humanos e acesso à Justiça".

I FÓRUM DE DEBATES SOBRE DIREITOS E SERVIÇOS PÚBLICO ACONTECE NESTA QUARTA-FEIRA(10)

9/12/2014 | 10:39

Diretoria do Sindjus-MA convida todos os servidores a participarem do I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e serviço público
Diretoria do Sindjus-MA convida todos os servidores a participarem do I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e serviço público

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) realiza nesta quarta - feira (10), a partir das 9 horas, o seminário "Práticas de Promoção dos Direitos Humanos no Poder Judiciário", em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. O evento acontece no auditório do Fórum de Justiça "Desembargador Sarney Costa", no Bairro do Calhau e está aberto a todos os servidores do Judiciário.

As inscrições serão realizadas no local do evento e os participantes receberão certificados emitidos pela Esmam- Escola Superior da Magistratura do Maranhão.

Durante o seminário serão debatidos temas atuais e relevantes ligados aos direitos humanos.

Participe. A sua presença é muito importante no fortalecimento deste tema.

Confira a Programação

I Fórum de debates sobre Direitos Humanos e serviço público

Abertura - 9 horas

01 - Mesa /Palestra (10h00): Claudia Gonçalves - Tema: "O Papel do agente público na promoção dos direitos humanos".

(12h00 às 13h30) - Intervalo livre para o almoço.

02 - Mesa/Debate (14h00): Juiz de Direito Douglas Melo Martins com Eliandro Araújo- Psicólogo. Tema: "Práticas de promoção dos direitos humanos no Poder Judiciário".

03 - Mesa/Palestra (16h00): Luís Antônio Pedrosa- Advogado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil. Tema: "Direitos Humanos e acesso à Justiça".

Tribunal registra avanços na prestação jurisdicional com celeridade

09/12/2014 - 15h28

Nas comemorações do Dia da Justiça nesta segunda-feira (8/12), o Tribunal de Justiça do Maranhão aponta avanços no campo institucional com a implementação de um consistente projeto que vem garantindo a efetividade da prestação jurisdicional com a aceleração no julgamento dos processos que chegam à corte maranhense. Na gestão da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, a produtividade dos desembargadores ficou acima da média nacional definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que sejam julgados no mínimo 90% da quantidade de processos distribuídos.

Contribuíram para esse crescimento, o investimento em modernização, aperfeiçoamento de servidores e a padronização de rotinas de administrativas nos setores envolvidos, além da adoção de medidas de melhoria e aprimoramento da atividade jurisdicional definidas na atual gestão. A quantidade de processos julgados pelos desembargadores teve um crescimento de 11% nos 10 primeiros meses de 2014, em relação ao mesmo período em 2013. A produtividade passou de 36,98%, em 2013, para 96,58% no mesmo período em 2014.

As estatísticas indicam ainda que os processos distribuídos tiveram redução de 1%, o que foi acompanhado do aumento no ritmo de julgamento pelos desembargadores. O crescimento de julgados acima de 10% manteve a produtividade próxima a 100% no período. De janeiro a outubro de 2013, foram distribuídos 20.984 processos e julgados 18.251. Em 2014, o número de distribuídos foi de 20.730 processos e o de julgados, 20.021.

O TJMA se destacou também no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas à administração pública, devendo ultrapassar - em segundo grau - a meta estabelecida, avançando para o julgamento dos demais processos, distribuídos em 2013 e 2014. Até setembro deste ano, 12 prefeitos e ex-prefeitos foram condenados pelo tribunal por algum tipo de crime ou improbidade administrativa no exercício do cargo.

PJe - O Judiciário maranhense vem investindo na modernização da Justiça e já concluiu a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 22 juizados cíveis e turmas recursais da capital e do interior. Nos últimos dois meses, foi possível atingir 61% da meta de implantação e 89% de treinamento, restando apenas 14 das 36 unidades previstas para serem atendidas ainda neste ano.

O total atingido superou a meta de implantação do PJe definida pelo Conselho Nacional de Justiça para os tribunais estaduais, que é de 10% das unidades judiciais de primeiro e segundo graus em 2014. No caso do TJMA, seriam apenas 26 unidades em 2014, mas o tribunal foi além do previsto. Na implantação do PJe, foram distribuídas mais de 400 certificações digitais - espécie de assinatura eletrônica exigida na movimentação dos processos por magistrados, servidores e operadores do Direito.

Em dois meses de trabalho, a movimentação do sistema mobilizou mais de 500 servidores e magistrados, treinados sobre a aplicabilidade e funcionamento da plataforma eletrônica. Nesta fase, foram abertos dois mil processos eletrônicos nos juizados e registradas mais de 10 mil movimentações sem o uso de papel, em portal próprio disponível no painel do usuário do sistema, garantindo maior agilidade no andamento e acompanhamento processual.

Unicef - Pelas boas práticas na promoção dos direitos da criança e do adolescente, o TJMA teve seu trabalho reconhecido pelo CNJ e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), recebendo das duas instituições o Selo Infância e Juventude na Categoria Bronze. A premiação deve-se aos investimentos do TJMA na estruturação da Coordenadoria da Infância e Juventude, dando ao órgão as condições necessárias para o desenvolvimento de políticas públicas em sua área específica de atuação institucional.

Fonte: TJMA

Indícios são suficientes para abertura de ação por improbidade administrativa

9 de dezembro de 2014, 13h38

A existência de indícios de prática de atos de improbidade é suficiente para justificar a abertura de processo. Seguindo esse entendimento, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça determinou o processamento de uma Ação de Improbidade Administrativa contra o ex-governador do Maranhão José Reinaldo Tavares, deputado federal eleito no início de outubro por aquele estado.

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública por ato de improbidade contra Tavares por ele ter supostamente reformado e decorado a casa com gasto desproporcional à sua renda, sem que houvesse comprovação da origem dos recursos.

O imóvel pertencia ao Centro de Ensino Unificado do Maranhão (Ceuma) e, segundo Tavares, fora colocado à sua disposição pelo então senador Mauro Fecury, dono da instituição de ensino, que teria assumido as despesas da reforma. No entanto, o ex-senador negou ter arcado com os gastos.

Devido à origem duvidosa dos recursos que financiaram a reforma e aos fatos terem ocorrido quando Tavares exercia o cargo de governador do Maranhão, o MP ajuizou a ação e a petição inicial foi recebida em primeiro grau.

Recursos

No entanto, a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça Maranhão deu provimento ao Agravo da defesa de Tavares. Entendeu que “para o recebimento da inicial da ação deve haver prova suficiente de que os atos particulares do acusado têm relação com os atos de governo, gerando desvio de recursos públicos e enriquecimento sem causa” — o que não seria o caso, segundo o tribunal.

O Ministério Público estadual recorreu ao STJ, mas o relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, em decisão monocrática, negou o recurso especial. Irresignado, o MPF interpôs Agravo Regimental ao colegiado e a 1ª Turma determinou o retorno dos autos à instância de origem, para que a ação tenha regular prosseguimento.

A maioria dos integrantes da turma seguiu o voto do ministro Sérgio Kukina. De acordo com ele, a jurisprudência do STJ entende ser “suficiente a demonstração de indícios razoáveis de prática de atos de improbidade e autoria para que se determine o processamento da ação, em obediência ao princípio do in dubio pro societate, a fim de possibilitar o maior resguardo do interesse público”.

O ministro entende que somente será possível a pronta rejeição da ação caso a Justiça se convença da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita. Ocorre que, no caso, o TJ-MA ressaltou apenas a insuficiência de provas da conduta ímproba, sem que tivesse apontado a presença de provas robustas da inexistência do ato de improbidade. Acompanharam o voto do ministro Sérgio Kukina os ministros Benedito Gonçalves e Regina Helena Costa e a desembargadora convocada Marga Tessler. Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.

Estado deve pagar internação e tratamento de paciente em hospital de Teresina, decide juiz

Centro de Conciliação do Fórum realiza acordo de dissolução de união homoafetiva

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 5 horas atrás

O Centro de Conciliação de Conflitos do Fórum de São Luís (Calhau) realizou nesta sexta-feira (05) a primeira audiência de dissolução de união estável homoafetiva. Os dois médicos viveram um relacionamento de oito anos e, quando decidiram se separar de forma consensual, procuraram o Centro para formalizar o acordo sem que fosse necessário ingressar com um processo judicial.

Todo o procedimento foi muito rápido. Entre a decisão deles pela separação e a formalização do acordo foram apenas cinco dias, disse o advogado Bruno Alberto Guimarães. Segundo o advogado, os dois clientes o procuraram para fazer a partilha de bens adquiridos durante a constância do relacionamento. Orientei que procurassem o Centro de Conciliação (Cejusc), onde foram realizados na mesma audiência o reconhecimento e a dissolução da união estável e também a partilha. Isso mostra a agilidade do centro, afirmou.

Advogado de Direito de Família, Bruno Guimarães informou que é a primeira vez que atua em processo ou caso pré-processual que envolve união de pessoas do mesmo sexo. Recomendo que as pessoas busquem o Centro de Conciliação porque, além da agilidade, não há custas para as partes, acrescentou.

A secretária do Cejusc, Wellen Coqueiro, explicou que a conciliação realizada nesta sexta-feira (05) foi a primeira que ocorreu naquela unidade, envolvendo reconhecimento ou dissolução de união homoafetiva. Eles já buscaram o centro apenas para homologar o acordo, esclareceu.

Família além de situações envolvendo união homoafetiva, a mediação de conflitos familiares, que antes era feita somente nas Varas da Família, pode ser realizada também no Centro de Conciliação. No local são resolvidos casos pré-processuais e processos já em andamento, que tratam de divórcio, reconhecimento voluntário de paternidade, solicitação de exame de DNA para confirmação da paternidade, pedido ou exoneração de pensão alimentícia, dentre outros.

Segundo Wellen Coqueiro, há acordo em 90% das audiências envolvendo questões de família, realizadas no Centro de Conciliação. Para a próxima semana, de 9 a 11 de dezembro, estão agendadas 36 audiências de conciliação de processos que tramitam na 3ª, 4ª e 5ª varas da Família da capital.

No Cejusc a conciliação de conflitos familiares é mediada por conciliadores do próprio centro ou por voluntários. O serviço funciona apenas na unidade do Fórum de São Luís. O pedido de audiência é feito pelas partes por meio de formulário próprio disponível no do site do Tribunal de Justiça, no link "conciliação", ou pelo Telejudiciário, que atende pelo número 0800-707-1581.

Se preferir, o interessado pode se dirigir ao centro (Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau) e, além de agendar a audiência já deixa marcada, quando for o caso, a data de realização do exame de DNA, no Laboratório Forense de Biologia Molecular.

Pretendentes à adoção participam de curso em Chapadinha

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 4 horas atrás

Curso é promovido pela 2ª Vara

Com a finalidade de realizar esclarecimentos sobre o processo de adoção, a 2ª Vara da Comarca de Chapadinha promove o curso para pretendentes a adoção. O preparatório acontece nesta quarta e quinta-feira (10 e 11) e será voltado para as famílias pretendentes à adoção em prioridade, funcionários da rede sócio-assistencial de atendimento, funcionários da rede de saúde municipal, estudantes do curso de Serviço Social, Pedagogia, ou áreas afins.

Segundo informações da unidade judicial, a iniciativa pretende trazer informações atualizadas para melhor compreensão do processo de adoção diante das perspectivas jurídica, social, psicológica e da família. A proposta parte do desejo de promover na sociedade, em especial, nos grupos mais próximos a causa a consciência para de todos os fatores que envolvem a adoção.

Além de promover o debate sobre a matéria, o curso busca cumprir as determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto à necessidade de capacitação dos pretendentes a adoção, em especial, problematizando questões como perfil das crianças, implicações legais da adoção, perfil psicológico do adotante, como acolher uma criança/adolescente fragilizado, dentre outras.

Os interessados em participar devem realizar suas inscrições na recepção do Fórum da Comarca de Chapadinha. O curso contará com declaração de participação, que exigirá frequência mínima de 75% da carga horária.

A inscrição de postulantes à adoção na Comarca de Chapadinha será precedida da participação e aprovação no curso de pretendentes a adoção, mediante parecer social favorável e sentença a família estará pronta para ingressar no Cadastro Nacional de Adoção.

Posse solene de José de Ribamar Castro e João Santana no TJMA será nesta quarta (10)

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 3 horas atrás

Posse ocorrerá em sessão solene no Auditório do Pleno do TJMA

Os desembargadores José de Ribamar Castro e João Santana Sousa serão solenemente empossados às 10h desta quarta-feira (10), na sala das sessões plenárias do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão presidida pela desembargadora Cleonice Freire.

Será a cerimônia de diplomação e de entrega da Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes aos dois mais recentes membros da Corte. Ambos já foram oficialmente empossados logo depois da sessão plenária administrativa na qual foram eleitos, no dia 19 de novembro.

Os desembargadores Anildes Cruz e Lourival Serejo conduzirão João Santana ao plenário.

Já os desembargadores Maria das Graças Duarte e Ricardo Duailibe acompanharão José de Ribamar Castro.

O discurso de saudação aos dois novos integrantes do TJMA ficará a cargo do desembargador Jamil Gedeon. A presidente Cleonice Freire fará a entrega da medalha e do diploma a ambos.

José de Ribamar Castro concorreu à vaga com outros onze candidatos, pelo critério de merecimento, e ficou em primeiro lugar, com 1.948 pontos. João Santana, único candidato à vaga pelo critério de antiguidade, foi eleito por unanimidade.

Corregedoria da Justiça instaura sindicância para apurar conduta de juiz

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 5 horas atrás

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de novembro de 2014, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91, diz o texto do documento.

Bayma Araújo que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã desta terça-feira (09) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrichi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

Entenda o caso Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o

procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas.

A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades.

OSMAR GOMES: UM PROPÓSITO DE VIDA PARA SER JUÍZ

Salvar • 0 comentários • Imprimir • Reportar

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 3 dias atrás

0

O ser juiz desta semana fez um passeio pelos lençóis maranhenses, subiu até a Região dos Cocais, encostou no Médio Mearim e desaguou na Ilha de São Luís para homenagear o grande magistrado, de corpo e alma, que é Osmar Gomes dos Santos. Deixando sua marca por onde passou, sempre atuou de forma a garantir o direito de cada cidadão que buscava o Judiciário. Sem perder a humildade, cultivou amizades e construiu laços de fraternidade para toda uma vida. Conviemos você a fazer um passeio pela vida deste magistrado.

QUEM É OSMAR GOMES?

Um homem simples, de origem humilde, natural do povoado Enseada Grande, Município de Cajari, interior do Maranhão. Filho de pais lavradores, fiquei órfão de pai aos 08 anos, mas minha mãe passou a trabalhar para sustentar os seis filhos, dos quais sou o caçula. Ela cuidava da roça, quebrava coco babaçu e vendia bolos de tapioca, sempre preocupada para que nada nos faltasse. Mudamos para São Luís quando eu tinha 11 anos e, sem opção, fomos morar em uma palafita em cima da maré, atual Ilhinha, região do São Francisco. Com essa idade, comecei a vender jornais nas ruas de São Luís e, nos finais de semana, também vendia pão cheio e vigiava carro na Ponta D'Areia. O objetivo era um só: ajudar nas despesas de casa.

Dos 13 aos 18 anos, trabalhei como servente de pedreiro, só abandonando essa profissão após ter sido aprovado no vestibular de Direito da UFMA. A partir de então, passei a dar aulas particulares para garantir o dinheiro do transporte. Fui aprovado nos concursos para Agente e Delegado da Polícia Civil, quando exerci os cargos de assessor chefe e coordenador de polícia especializada. Fui chefe do departamento jurídico do Banco Bradesco S/A, responsável pela Regional Maranhão e Piauí, e também atuei como secretário chefe do gabinete e procurador adjunto do Poder Legislativo de São Luís.

Sou casado há trinta anos com Maria Felix Gomes, advogada, empresária e mãe dos meus dois filhos: Osmar Filho, advogado e vereador de São Luís, e Bianca Gomes, também graduada em Direito.

QUEM É O JUIZ OSMAR GOMES?

Uma pessoa comprometida com a justiça e com o bem estar dos cidadãos que nos buscam; um profissional atento ao seu papel social e constitucional. Alguém que vê e sente a interação com a sociedade como uma relação necessária para a qualidade e efetividade das decisões judiciais e para a promoção da mudança social.

POR QUE ESCOLHEU O DIREITO?

Pelo desejo ardente de combater as injustiças e ajudar na solução de conflitos.

PARA VOCÊ, O QUE REPRESENTA A MAGISTRATURA?

Uma ferramenta para atuar na defesa, respeitabilidade e preservação dos direitos da sociedade, conquistados muitas vezes com suor, sangue e lágrimas.

EM QUAL COMARCA ESTÁ NO MOMENTO E HÁ QUANTO TEMPO?

Comarca de São Luís, como titular da 1ª Vara do Júri. Mas já passei por Barreirinhas, Coelho Neto e Bacabal.

ALÉM DA FUNÇÃO JUDICANTE, QUE AÇÕES DESENVOLVE NA COMARCA?

Sou diretor do Fórum e membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão na categoria Juiz de Direito.

COMO VÊ A ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO NESTA COMARCA?

Muito boa, e isso se deve em razão da colaboração de magistrados e servidores comprometidos com a celeridade das ações e o bem estar de todos.

COMO CUIDA DA SAÚDE?

Faço meus exames de rotina, além de caminhadas, futebol e uma alimentação balanceada.

CAMINHO PARA O SUCESSO É?

Persistência e força de vontade.

HOBBY?

Ouvir músicas que tocam a alma.

LIVRO PREDILETO?

Nunca desista de seus sonhos (Augusto Cury).

FILME QUE GOSTA E POR QUÊ?

De ação (missão impossível), por refletir parte daquilo que vivenciamos no dia a dia em nossa sociedade.

MANIA?

Checar todas as portas e janelas da casa antes de deitar.

O MELHOR DA VIDA?

Dormir com a consciência tranquila.

FAMÍLIA É?

A base de tudo, meu maior ponto de apoio.

O QUE VALORIZA NOS OUTROS?

Honestidade e companheirismo.

O QUE NAO GOSTA NOS OUTROS?

A falsidade e hipocrisia.

SONHO?

Meus filhos e netos viverem em uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária; onde os recursos públicos sejam aplicados para fomentar o crescimento e o desenvolvimento, com oportunidades iguais para todos.

DESEMBARGADORA CLEONICE FREIRE PARTICIPA DO ENCONTRO NACIONAL DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS

Salvar • 0 comentários • Imprimir • Reportar

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 3 dias atrás

0

Representantes dos tribunais de Justiça do Brasil. Foto: TJSP

SÃO PAULO - A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, está participando do 101º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, aberto na última quarta-feira, que debate sobre temas de aperfeiçoamento de questões relacionadas ao funcionamento da Justiça estadual em todo o país. Os trabalhos, que acontecem no Palácio da Justiça de São Paulo (SP), serão encerrados no sábado (6), com a palestra do ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Na abertura do encontro, o presidente do Colégio Permanente de Presidentes, Milton Nobre (TJPA), afirmou que o atual momento da nação obriga magistrados a uma reflexão, diante do fraco desempenho da economia brasileira em 2014 e a estagnação da indústria, que ensejam medidas sérias de ajuste, quanto à questão orçamentária: Os presidentes dos Tribunais de Justiça, juntos, devem manter união pela autonomia financeira das Cortes, pressuposto de independência do Judiciário, disse.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini, defendeu investimentos dos tribunais na implantação de Centros Judiciais de Solução de Conflitos, para evitar a judicialização de questões que não sejam essencialmente litigiosas, e a remuneração da magistratura pelo trabalho que desempenha na execução fiscal para os municípios.

Nesta sexta-feira (5), os presidentes de tribunais discutiram sobre as dificuldades encontradas no cumprimento de resolução do CNJ que determinou a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe). A presidente do TJMA se manifestou em plenário e defendeu a proposta encabeçada pelo Colégio, no sentido de flexibilizar os dispositivos dessa norma, de modo a permitir que os TJs possam manter e trabalhar, simultaneamente, com programas de tramitação processual já em funcionamento nas justiças dos estados, desde que esses tenham interoperabilidade com o sistema PJE, adotado e recomendado pelo CNJ.

"No Maranhão, o PJE já está implantado nos juizados especiais e demos início à implantação nas câmaras criminais na Justiça de 2o. Grau, mas percebemos que há um desconforto entre magistrados e advogados em relação à mudança para o novo sistema, o que está dificultando o avanço desse projeto", advertiu a desembargadora.

As deliberações dessa e das demais discussões do encontro serão publicadas ao final dos debates, no documento intitulado "Carta de São Paulo".

Helena Barbosa

Assessora de Comunicação da Presidência

(asscom@tjma.jus.br)

Sessão itinerante do TJMA será realizada na UFMA

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 4 horas atrás

Acadêmicos de Direito ouvem o desembargador Marcelo Carvalho Silva, em julgamento da 2ª Câmara Cível no TJMA (Foto: Ribamar Pinheiro)

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sediará, no dia 16 de dezembro (terça-feira), às 9 horas, a primeira sessão itinerante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), no Centro Pedagógico Paulo Freire, Campus do Bacanga, Mini-Auditório (209 e 210). Aberta ao público, a iniciativa tem como objetivo aproximar a Justiça de 2º grau da população e comunidade acadêmica, além de descentralizar os julgamentos da segunda instância.

Pela primeira vez uma câmara do Tribunal de Justiça, composta por três desembargadores e um procurador de Justiça, sairá do Tribunal para trabalhar dentro da comunidade, afirma o desembargador Marcelo Carvalho Silva, idealizador do projeto, que deverá alcançar outras universidades do Estado. A área do Itaqui-Bacanga abrange uma população de cerca de 300 mil habitantes e mais de 14 mil alunos e funcionários fazem parte da comunidade acadêmica da UFMA.

Durante a sessão, serão julgados 61 processos envolvendo habeas corpus, embargos de declaração e agravos de instrumento (extrapauta), as ações estão organizadas em blocos e referem-se a revisão contratual, busca e apreensão, nulidade ou inexistência contratual, obrigação de fazer, Seguro DPVAT, danos morais e outros temas.

A pauta está disponível no portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), no sistema Jurisconsult. Serão oficiados o Ministério Público e a Defensoria com a informação do novo local.

Participarão da sessão itinerante, os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior (presidente da sessão), José de Ribamar Castro (docente da UFMA), representante do MP e servidores do Judiciário.

IMPERATRIZ - PALESTRAS MARCAM PARTICIPAÇÃO DA VARA DA MULHER NA CAMPANHA PELO FIM DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Salvar • 0 comentários • Imprimir • Reportar

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 3 dias atrás

0

Vara da Mulher de Imperatriz - palestras na campanha pelo fim da violência doméstica

Palestras ministradas por integrantes da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Imperatriz marcaram a participação da unidade na Campanha 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher, campanha internacional que tem por objetivo o combate a esse tipo de violência. A campanha teve início no dia 25 de novembro e se estende até o próximo dia 10 de dezembro.

Lei Maria da Penha, Medidas Protetivas de Urgência e Autoestima foram os temas das palestras ocorridas nos dias 27 de novembro e 02 de dezembro, respectivamente em Davinópolis e Ribeirãozinho (termos), quando cerca de 70 mulheres (Davinópolis) e 45 mulheres (Ribeirãozinho), foram esclarecidas sobre os temas. A juíza Ana Lucrecia Bezerra Sodré Reis, respondendo pela Vara da Mulher, abriu os eventos falando ao público sobre a importância da campanha.

Laço Branco - Além das palestras, a Vara da Mulher de Imperatriz atua ativamente na campanha em outras atividades desenvolvidas pelas várias instituições que participam da ação.

Nesse sábado (05), a equipe da Vara marca presença no Pit Stop que acontece a partir das 8h, na Praça Mané Garrincha (Imperatriz), quando laços brancos alusivos à campanha serão distribuídos entre homens da comunidade como forma de chamar a atenção para o objetivo dos 16 Dias de Ativismo.

A atividade faz parte da Campanha Nacional do Laço Branco Homens pelo fim da violência contra a mulher, que lembra o dia do Massacre de Mulheres de Montreal, em 06 de dezembro de 1989.

Violência e direitos humanos - Iniciada em 1991, com a participação de 130 países, a Campanha a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres visa a estabelecer um elo simbólico entre violência contra as mulheres e direitos humanos. Não por acaso, o marco inicial da campanha coincide com o Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres. O encerramento se dá no Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro).

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão

asscom_cgj@tjma.jus.br

asscomcgj@gmail.com

www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624